



152869-Agrupamento de Escolas Diogo Cão, Vila Real

AVISO INTERNO N.º 3-2020

MATRÍCULAS/RENOVAÇÃO DE MATRÍCULAS – 2020/2021

Decreto-Lei n.º 14-G/2020 de 13-04-2020 – Artigos 11.º e 13.º

“Estabelece as medidas excecionais e temporárias na área da educação, no âmbito da pandemia da doença COVID-19”

Despacho Normativo n.º 5/2020, de 21 de abril

“Procede à alteração do Despacho Normativo n.º 6/2018, de 12 de abril, que estabelece os procedimentos de matrícula e respetiva renovação e as normas a observar na distribuição de crianças e alunos”

Regime excecional relativo a matrículas e renovação de matrículas

- 1- O pedido de matrícula é apresentado preferencialmente via Internet, no portal **portaldasmatriculas.edu.gov.pt**, com recurso à autenticação através de cartão de cidadão, chave móvel digital ou credenciais de acesso ao Portal das Finanças.
- 2- Na Educação **pré-escolar** e no **1.º Ciclo** do ensino básico, o período normal de matrícula para o ano escolar de 2020/2021 é fixado entre o **dia 4 de maio e o dia 30 de junho de 2020**.
- 3- Nos anos do **2.º e 3.º ciclos** (5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 9.º anos de escolaridade) – o implícito no Despacho Normativo n.º 5/2020, de 21 de abril.
- 4- Na impossibilidade de recorrer à matrícula por via eletrónica, estas poderão ser feitas presencialmente, nos serviços administrativos do Agrupamento, salvaguardando sempre os procedimentos necessários em contexto COVID-19, no seguinte horário:

de 2.ª a 6.ª feira – das 9:30 às 12:00 h e das 13:30 às 16:00 h
- 5- Todas as matrículas presenciais serão atendidas, obrigatoriamente, após agendamento da data e hora. A respetiva marcação será feita através do telefone (259302460) ou via e-mail (secretaria@diogocao.edu.pt).



152869-Agrupamento de Escolas Diogo Cão, Vila Real

AVISO INTERNO N.º 3-2020

1.ª NOTA:

1.º Ciclo – A matrícula é obrigatória para os alunos com **6 anos completos** até 15 de setembro de 2020 e voluntária/condicional, a requerimento do Encarregado de Educação e sujeito à existência de vaga, para os alunos que completem 6 anos entre 16 de setembro e 31 de dezembro de 2020.

Documentação a apresentar no ato da matrícula:

- N.º de identificação da Segurança Social (NISS) da(s) criança(s) beneficiárias da prestação social de abono de família que seja pago pela Segurança Social;
- N.º de Identificação Fiscal (NIF) do aluno (caso já o tenha atribuído);
- Documento comprovativo do escalão de abono emitido pelo subsistema de saúde a que tiver direito;
- Declaração da tomada de conhecimento das *Normas do Seguro Escolar* (a fornecer pelo estabelecimento de ensino);
- Declaração da tomada de conhecimento do *Regulamento Interno* do Agrupamento (a fornecer pelo estabelecimento de ensino);
- 2 fotografias tipo passe;
- Cédula Pessoal ou apresentação do Cartão de Cidadão do aluno;
- Apresentação do Cartão de Cidadão do Encarregado de Educação;
- Cartão de Utente dos Serviços de Saúde;
- Fotocópia do cartão de vacinas atualizado;
- Comprovativo de morada e do local de trabalho;
- Ficha de Inscrição nas AECs (Atividades de Enriquecimento Curricular-1.º Ciclo) – Facultativo e a fornecer pelo Estabelecimento de Ensino;
- Declaração de existência de irmãos matriculados no mesmo Agrupamento de Escolas

- 6- **Transportes Escolares:** Todos os Encarregados de Educação interessados deverão solicitar a “Ficha de Inscrição” para o pedido de transporte escolar para o ano letivo 2020/2021. O respetivo boletim deverá ser entregue nos serviços administrativo na área da Ação Social Escolar (ASE) devidamente preenchido e assinado e ao qual deverão anexar 1 fotografia tipo passe.



152869-Agrupamento de Escolas Diogo Cão, Vila Real

AVISO INTERNO N.º 3-2020

2.ª NOTA:

O processo de matrícula ou renovação de matrícula, não salvaguarda, só por si, o pedido de transporte escolar.

7- Documentos orientadores:

- Decreto-Lei n.º 14-G/2020 de 13 de abril (artigos 11.º e 13.º)
- Despacho Normativo n.º 5/2020 de 21 de abril;
- Regulamento Interno do Agrupamento – a consultar, na sua versão integral, em <http://www.diogocao.edu.pt>

7. Prioridades na matrícula ou renovação de matrícula na Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo:

7.1 Na Educação Pré-Escolar, as vagas existentes em cada estabelecimento de Educação e Ensino, para matrícula ou renovação de matrícula, são preenchidas de acordo com as seguintes prioridades:

- 1.ª Crianças que completem os 5 e os 4 anos de idade até 31 de dezembro, sucessivamente pela ordem indicada;
- 2.ª Crianças que completem os 3 anos de idade até dia 15 de setembro;
- 3.ª Crianças que completem os 3 anos de idade entre 16 de setembro e 31 de dezembro.

7.2 No âmbito de cada uma das prioridades referidas no n.º anterior, e como forma de desempate em situação de igualdade, são observadas, sucessivamente, as seguintes prioridades:

- 1.ª Crianças com necessidades educativas específicas, de acordo com o previsto nos artigos 27.º e 36.º do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, na redação conferida pela Lei n.º 116/2019 de 13 de setembro;
- 2.ª Filhos de mães e pais estudantes menores, nos termos previstos no artigo 4.º da Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto na redação conferida pela Lei n.º 60/2017 de 1 de agosto;
- 3.ª Crianças com irmãos ou com outras crianças e jovens que comprovadamente pertençam ao mesmo agregado familiar a frequentar o estabelecimento de educação e de ensino pretendido, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 2.º;
- 4.ª Crianças beneficiárias de Ação Social Escolar (ASE), cujos Encarregados de Educação (EE) residam, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação e de ensino pretendido;
- 5.ª Crianças beneficiárias de ASE, cujos EE desenvolvam a sua atividade profissional, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação e de ensino pretendido;
- 6.ª Crianças cujos EE residam, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de



152869-Agrupamento de Escolas Diogo Cão, Vila Real

AVISO INTERNO N.º 3-2020

educação e de ensino pretendido;

7.^a Crianças mais velhas, contando-se a idade, para o efeito, sucessivamente em anos, meses e dias;

8.^a Crianças cujos EE desenvolvam a sua atividade profissional, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação e ensino pretendido;

9.^a Outras prioridades e ou critérios de desempate definidos no Regulamento Interno do estabelecimento de educação e de ensino.

3.^a NOTA:

Na renovação de matrícula na educação pré-escolar é dada prioridade às crianças que frequentaram no ano letivo anterior o estabelecimento de educação que pretendem frequentar, aplicando-se sucessivamente as prioridades definidas nos números anteriores.

7.3 No 1.º Ciclo do ensino básico, as vagas existentes em cada estabelecimento de Educação e de Ensino, para matrícula ou renovação de matrícula, são preenchidas dando-se prioridade, sucessivamente aos alunos:

1.^a Com necessidades educativas específicas, de acordo com o previsto nos artigos 27.º e 36.º do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, na redação conferida pela Lei n.º 116/2019 de 13 de setembro;

2.^a Que no ano letivo anterior tenham frequentado a educação Pré-Escolar ou o Ensino Básico no mesmo Agrupamento de escolas;

3.^a Com irmãos ou outras crianças e jovens que comprovadamente pertençam ao mesmo agregado familiar que frequentam o estabelecimento de educação e de ensino pretendido, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 2.º;

4.^a Beneficiários de Ação Social Escolar (ASE), cujos Encarregados de Educação (EE) residam, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação e de ensino pretendido;

5.^a Beneficiários de ASE, cujos EE desenvolvam a sua atividade profissional, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação e de ensino pretendido;

6.^a Cujos EE residam, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação e de ensino dando-se prioridade de entre estes aos alunos que no ano letivo anterior tenham frequentado um estabelecimento de educação e de ensino do mesmo Agrupamento de escolas;

7.^a Que ano letivo anterior tenham frequentado a educação pré-escolar em instituições do setor social e solidário na área de influência do estabelecimento de ensino ou num estabelecimento de educação e de ensino do mesmo Agrupamento de escolas, dando preferência aos que comprovadamente residam mais próximo do estabelecimento de educação e de ensino escolhido;

8.^a Cujos EE desenvolvam a sua atividade profissional, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação e ensino;

9.º Mais velhos, no caso de matrícula, e mais novos, quando se trate de renovação de matrícula, à



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Social Europeu

Rua Dr. Manuel Cardona 5000-558 Vila Real * Telf: 259302460 *

geral@diogocao.edu.pt * secretaria@diogocao.edu.pt * www.diogocao.edu.pt



152869-Agrupamento de Escolas Diogo Cão, Vila Real

AVISO INTERNO N.º 3-2020

exceção de alunos em situação de retenção que já iniciaram o ciclo de estudos no estabelecimento de educação e de ensino;

8 Divulgação das listas de crianças e alunos relativos à matrícula ou à renovação de matrícula

Despacho Normativo n.º 5/2020 de 21 de abril

Artigo 15.º

1. Na escola sede do Agrupamento, são elaboradas e afixadas as listas de crianças e alunos que requereram matrícula naquele estabelecimento de educação e de ensino em 1.ª preferência ou a quem foi renovada a matrícula, de acordo com os seguintes prazos:
 - a) No dia **21 de julho**, no caso de matrículas na educação pré-escolar e no ensino básico.
2. O processo de constituição de turmas deve estar concluído no prazo de 15 dias úteis a contar das datas decorrentes da aplicação do disposto no número anterior.

9 Distribuição pelos estabelecimentos de educação ou de ensino pretendidos

1. Os estabelecimentos de educação e ensino devem garantir que os processos de aplicação dos critérios de prioridade nas matrículas, de decisão de atribuição de vaga e a consequente circulação dos processos dos alunos pelas preferências manifestadas, quando se justificar, está terminado até às datas referidas do n.º 2 do artigo anterior.
2. O processo de constituição de turmas deve estar concluído no prazo de 15 dias úteis a contar do prazo previsto no n.º anterior.

4.ª NOTA:

- a) O EE no ato da matrícula, indica, por ordem de preferência, até **5** estabelecimentos de educação ou de ensino.
- b) A matrícula de crianças, na educação pré-escolar, que completem 3 anos de idade entre 16 de setembro e 31 de dezembro é aceite, a título condicional, dependendo a sua aceitação definitiva da existência de vaga nas turmas já constituídas, depois de aplicadas as prioridades definidas no artigo 10.º do Despacho Normativo n.º 5/2020, de 21 de abril.

Obs: O implícito no presente aviso não dispensa a consulta da legislação em vigor.

A Diretora

(Maria Elisabete Carvalho Ribeiro Leite)



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



152869-Agrupamento de Escolas Diogo Cão, Vila Real

LISTA DOS JARDINS DE INFÂNCIA E ESCOLAS DO 1.º CICLO

CÓDIGO DGEEC	CÓDIGO IGeFE	NOME DA ESCOLA
1714328	204705	Jl/Escola Básica de Arrabães, Vila Real
1714255	637889	Jl/Escola Básica das Árvores, Vila Real
1714859	230042	Jl/Escola Básica de Lordelo, Vila Real
1714940	233602	Jl/Escola Básica de Mondrões, Vila Real
1714159	261750	Jl/Escola Básica de Parada de Cunhos, Vila Real
1714860	266589	Jl/Escola Básica do Prado, Vila Real
1714984	282480	Escola Básica de Vendas de Cima, Vila Real
1714796	283794	Jl/Escola Básica de Vila Marim, Vila Real
1714377	285201	Jl/Escola Básica de V. da Samardã, Vila Real
1714981	242421	Jl/Escola Básica n.º1 de Vila Seca, Vila Real
1714100	249786	Jl/Escola Básica n.º 2 de Vila Real
1714721	251940	Jl/Escola Básica n.º 3 de Vila Real
1714298	253900	Jl/Escola Básica n.º 6, Vila Real
1714368	605578	Jardim de Infância de Borbela, Vila Real
1714480	642113	Jardim de Infância de Gravelos, Vila Real
1714264	266358	Jardim de Infância de Pousada, Vila Real
1714794	603960	Jardim de Infância do BSVP, Vila Real



152869-Agrupamento de Escolas Diogo Cão, Vila Real

DECLARAÇÃO

Conforme o disposto no ponto 2, *alínea d) do artigo 189.º do Regulamento Interno* do Agrupamento de Escolas Diogo Cão, Vila Real, declaro que tomei conhecimento do mesmo, disponível na página eletrónica do referido Agrupamento, comprometendo-me a cumpri-lo e fazê-lo cumprir ao meu educando.

Data ____/____/____

Assinatura do Encarregado de Educação: _____



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

800

- 1 - Contribuir para a plena formação, realização, bem-estar e segurança dos alunos;
- 2 - Colaborar ativamente com todos os intervenientes no processo educativo;
- 3 - Participar na organização e assegurar a realização e o desenvolvimento regular das atividades prosseguidas no estabelecimento de educação ou de ensino;
- 4 - Cooperar e zelar pela preservação das instalações e equipamentos escolares e propor medidas de melhoramento e renovação;
- 5 - Empenhar-se nas ações de formação em que participar;
- 6 - Cooperar, com os restantes intervenientes no processo educativo, na identificação de situações de qualquer carência ou de necessidade de intervenção urgente;
- 7 - Respeitar a natureza confidencial da informação relativa aos alunos e respetivos familiares;
- 8 - Cumprir os horários distribuídos, elaborados de forma a permitir um bom funcionamento da Escola.
- 9 - Colaborar, com interesse, para que haja sempre ordem e disciplina, limpeza e asseio no seu sector, em particular, e em todo o recinto escolar, em geral;
- 10 - Não permitir a permanência no recinto escolar de pessoas estranhas à Escola, a não ser que se identifiquem e indiquem o motivo da sua deslocação a esta;
- 11 - Conhecer o Regulamento Interno da Escola;
- 12 - Tomar conhecimento das regras de evacuação da Escola em caso de emergência.

Artigo 187.º - Deveres funcionais

De acordo com a legislação em vigor.

SECÇÃO IV - PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

Artigo 188.º - Direitos

Entre outros, são direitos dos Pais e Encarregados de Educação os seguintes:

- 1 - Participar individual ou coletivamente na vida da Escola;
- 2 - Participar nas atividades da Associação de Pais e Encarregados de Educação;
- 3 - Esperar da Escola um ensino e serviços de qualidade;
- 4 - Ser avisado das faltas do seu educando;
- 5 - Comparecer na Escola por sua iniciativa sempre que julgue necessário;
- 6 - Conhecer o Regulamento Interno da Escola;
- 7 - Ser recebido condignamente e em espaço próprio;
- 8 - Ser convocado para reuniões com o Diretor de Turma e ter conhecimento da hora semanal de atendimento;
- 9 - Ser informado, no final de cada período Escolar, do aproveitamento e do comportamento do seu educando;
- 10 - Colaborar com os Professores no âmbito do processo ensino-aprendizagem do seu educando;
- 11 - Participar, a título consultivo, no processo de avaliação do seu educando sempre que as estruturas de orientação educativa o considerem necessário;
- 12 - Consultar o Processo Individual do seu educando, com expressa autorização do Diretor de Turma;
- 13 - Ser sócio da Associação de Pais e Encarregados de Educação.

Artigo 189.º - Deveres

- 1 - Aos Pais e Encarregados de Educação incumbe, para além das suas obrigações legais, uma especial responsabilidade, inerente ao poder/dever de dirigirem a educação dos seus filhos e educandos, no interesse destes, e de promoverem

ativamente o desenvolvimento físico, intelectual e moral dos mesmos.

- 2 - Nos termos da responsabilidade atrás referida, deve cada um dos Pais e Encarregados de Educação, em especial:

- a) Acompanhar ativamente a vida escolar do seu educando;
 - b) Promover a articulação, entre a educação na família e o ensino escolar;
 - c) Diligenciar para que o seu educando beneficie efetivamente dos seus direitos e cumpra pontualmente os deveres que lhe incumbem, com destaque para os deveres de assiduidade, de correto comportamento escolar e de empenho no processo de aprendizagem;
 - d) Assinar, no início de cada ano letivo, declaração de tomada de conhecimento e concordância com o disposto no Regulamento Interno e termo de responsabilidade atestando cumpri-lo e fazê-lo cumprir ao seu educando.
- 3 - São ainda deveres dos Pais e Encarregados de Educação:
- a) Respeitar, usar de lealdade e civilidade para com todos os membros da comunidade Escolar;
 - b) Informar-se sobre todas as matérias relevantes no processo educativo do seu educando;
 - c) Participar na vida da Escola;
 - d) Comparecer na Escola quando para tal for solicitado;
 - e) Cooperar com todos os elementos da comunidade educativa no desenvolvimento de uma cultura de cidadania, nomeadamente através da promoção de regras de convivência na Escola;
 - f) Contactar regularmente o Diretor de Turma para troca de opiniões e ser informado sobre aspetos relacionados com a integração na vida escolar do seu educando, a evolução do processo de aprendizagem, os resultados da avaliação contínua, a assiduidade e outros aspetos relevantes;
 - g) Participar nas reuniões convocadas pelos órgãos de administração e gestão e pelas estruturas de orientação educativa, bem como pela Associação de Pais e Encarregados de Educação.

CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 190.º - Regimento

- 1 - Os órgãos colegiais de administração e gestão e as estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica elaboram os seus próprios regimentos, definindo as respetivas regras de organização e de funcionamento, nos termos fixados na lei e em conformidade com o Regulamento Interno.

- 2 - O Regimento é elaborado ou revisto nos primeiros 30 dias do mandato do órgão ou estrutura a que respeita.

Artigo 191.º - Revisão do Regulamento Interno

Na inexistência de alterações legislativas que imponham a sua revisão antecipada, o Regulamento Interno do Agrupamento, pode ser revisto ordinariamente quatro anos após a sua aprovação e extraordinariamente, a todo tempo, por deliberação do Conselho Geral, aprovada por maioria absoluta dos membros em efetividade de funções.

Artigo 192.º - Outras Disposições Finais

- 1 - A aprovação do presente Regulamento Interno, pelo Conselho Geral, vinculará todos os elementos da comunidade educativa ao seu cumprimento.

- 2 - Todas as omissões deste Regulamento Interno e até à data da sua revisão deverão ser colmatadas pelo Conselho Geral de Agrupamento ou por outro órgão de Administração e Gestão, atendendo à natureza do assunto e às competências de cada órgão, em observância à legalidade.



152869-Agrupamento de Escolas Diogo Cão, Vila Real

NORMAS GERAIS DO SEGURO ESCOLAR

(Portaria nº 413/99, de 8 de junho)

(Ofício-Circular nº 43/05, de 6 de junho)

“ O Decreto-Lei n.º 35/90, de 25 de janeiro, definiu um conjunto de modalidades de ação social escolar suscetíveis de apoiar o percurso dos alunos ao longo da sua escolaridade, de entre os quais se destaca o **Seguro Escolar**, destinado a garantir a cobertura financeira na assistência a alunos sinistrados, complementarmente aos apoios assegurados pelo sistema nacional de saúde (Artigo 17º) ”.

Regulamentado através da Portaria n.º 413/99, de 8 de Junho, o Seguro Escolar constitui assim, um sistema de protecção, do Ministério da Educação, destinado a garantir a cobertura dos danos resultantes de acidente escolar. Esta cobertura é complementar aos apoios assegurados pelo sistema ou subsistemas e seguros de protecção social e de saúde de que o aluno seja beneficiário.

1. Divulgação das normas de seguro escolar aos encarregados de educação:

O Regulamento do Seguro Escolar encontra-se afixado, para consulta/leitura, no polivalente da escola sede, no placard junto ao Bufete e pode ser consultado de segunda a sexta-feira durante o horário normal de expediente (das 8.00 às 18.15 h) ou solicitado nos serviços administrativos, na área da ASE (Artigo 32.º).

2. Do acidente escolar (Artigo 3.º)

- “Considera-se acidente escolar, o evento ocorrido no local e tempo de actividade escolar que provoque ao aluno lesão, doença ou morte”;
- “O acidente que resulte de atividade desenvolvida com o consentimento ou sob a responsabilidade dos órgãos de gestão do estabelecimento de educação ou ensino”;
- O acidente em trajeto nos termos dos artigos 21.º e seguintes da presente Portaria “... é equiparado a acidente escolar o evento externo e furtivo desde que ocorra no percurso habitual entre a residência e o estabelecimento de educação ou ensino, ou vice-versa...”.

3. Qualificação das ocorrências como acidente escolar (Artigo 24.º)

- Compete aos órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino decidir sobre a qualificação do evento como acidente escolar, excetuando-se:
- Casos de morte ou em que se presume a invalidez permanente do aluno sinistrado;
- Atropelamento;
- Situações de recurso a instituições hospitalares, médicos privados ou sem acordo com o sistema nacional de saúde.
- Nestes casos os processos terão de ser enviados à Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares-Direção de Serviços Região Norte (DGEstE-DSRN), a quem compete a decisão sobre a qualificação do evento como acidente escolar.

4. Documentos de despesa

O seguro escolar garante ao aluno sinistrado a assistência médica e medicamentosa, bem como o transporte, o alojamento e a alimentação indispensáveis para garantir essa assistência (artigo 6º e seguintes). O transporte do acidentado no momento do acidente será o mais adequado à gravidade da situação.

a) Despesas de farmácia

As cópias dos documentos de despesa terão de ser acompanhadas da respetiva prescrição médica.

b) Transporte de alunos acidentados

O recurso à utilização de táxi ou ambulância, nos dias posteriores ao acidente, necessita de ser justificado através de declaração expressa do médico assistente.

As despesas de transporte, nos dias posteriores ao acidente, terão que ser justificadas por documento comprovativo da sua realização e por documento hospitalar de que conste a data da consulta ou dos tratamentos.

Os recibos de táxi devem ser integralmente preenchidos, indicando o nome do sinistrado.

c) Especialidade de estomatologia



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



REPÚBLICA
PORTUGUESA

EDUCAÇÃO



152869-Agrupamento de Escolas Diogo Cão, Vila Real

O recurso à especialidade de estomatologia terá que ser efectuado através de médicos com acordo com os respetivos subsistemas. **No caso de não existirem, na área de residência do aluno(a)**, poderá haver recurso a clínicas privadas, devendo, nestes casos, a escola confirmar a sua inexistência e enviar o processo de acidente para a DGEstE-DSRN, **para avaliação da situação e autorização.**

Os originais dos documentos de despesa serão obrigatoriamente apresentados, pelo Encarregado de Educação, ao sistema ou subsistema de saúde de que o aluno é beneficiário para obter a devida comparticipação. (alínea d), artigo 30º).

d) Especialidade de Fisioterapia

Os tratamentos de fisioterapia devem ser efetuados em hospital público, clínicas com acordo com o sistema, subsistema ou seguros de proteção social e de saúde.

Podem, excecionalmente, ser efetuados em instituição particular desde que exista declaração passada pelo centro de saúde e por um centro de fisioterapia com acordo com o sistema/subsistema de saúde do aluno, justificando a sua incapacidade de resposta, face à urgência da situação.

No caso de não haver centro de fisioterapia com acordo, na área de residência do aluno, deverá a escola confirmar a sua inexistência e enviar o processo de acidente para a DGEstE-DSRN, para avaliação da situação e autorização para o recurso a clínica privada. Depois de autorizado o tratamento, o Encarregado de Educação entregará o recibo de pagamento no sistema ou subsistema de saúde de que o aluno é beneficiário para obter a devida comparticipação.

5. Danos causados em viaturas

Sempre que ocorram acidentes escolares que provoquem danos em viaturas, é necessária a apresentação de depoimentos de duas testemunhas oculares para avaliação da situação pela DGEstE-DSRN.

No caso da DGEstE-DSRN enquadrar a ocorrência no âmbito do Seguro Escolar deverão ser apresentados 3 orçamentos para autorização da reparação e, posteriormente, o recibo do pagamento.

Nos casos de atropelamento, o seguro escolar só atua depois de haver decisão judicial relativamente à culpa dos intervenientes.

6. Visitas de estudo ao estrangeiro

Sempre que ocorram visitas de estudo fora do território nacional é obrigatória a celebração de um contrato de seguro de assistência em viagem (Artigo 34.º).

7. Acidentes que envolvem alunos e pessoal docente e não docente

Se um aluno, inadvertidamente, provocar danos pessoais e/ou materiais em pessoal docente ou não docente, a ocorrência deve ser enquadrada como acidente em serviço, nos termos do Decreto-lei nº 503/99, de 20 de Novembro.

- **Transporte:** O transporte do sinistrado no momento do acidente será o mais adequado à gravidade da lesão (Artigo 9.º).
- **Exclusão de garantia:** Conforme o estabelecido no Artigo 25.º, excluem-se do conceito de acidente escolar e, conseqüentemente, da cobertura do respetivo seguro todas as ocorrências observadas no respetivo Artigo coadjuvado com as linhas a), b), c), d), e), f) e h).
- **Exclusão de direitos:** Conforme o estabelecido no Artigo 26.º, ficam excluídos dos direitos e garantias do seguro escolar os sinistrados que por si ou por intermédio do respetivo encarregado de educação adotem procedimentos que estejam em conformidade com o estipulado no referido artigo coadjuvado com os seus pontos 1. alíneas a), b), c) e d) e com o ponto 2. Alíneas a) e b).
- **Obrigações dos órgãos de direção e gestão da escola:** Os procedimentos e obrigações a adotar estão definidos no Artigo 32.º nos seus pontos 1. e 2. coadjuvado com as alíneas a), b) e a), b), c), d), e), f), g) respetivamente.

- O seguro escolar apenas cobre danos pessoais dos alunos. Caso se verifiquem situações específicas, serão analisadas individualmente, caso a caso, e classificadas pelo órgão de gestão competente do Agrupamento de Escolas.

Estas indicações não dispensam a leitura dos documentos que regulamentam o seguro escolar.

A Diretora do Agrupamento

(Mª Elisabete Carvalho Ribeiro Leite)

O Enc. de Educação

(Nome completo e legível)



152869-Agrupamento de Escolas Diogo Cão, Vila Real

NORMAS GERAIS DO SEGURO ESCOLAR (SE) – ADENDA

ASSUNTO: Prazo de entrega de documentos de despesa e acompanhamento do aluno à instituição de cuidados de saúde.

- A entrega de documentos de despesas relativos aos acidentes atribuídos/referenciados ao S.E., deve ser efetuada até 60 dias (2 meses), após a realização de despesa, de acordo com o entendimento do Conselho Administrativo na sua reunião de 26-06-2015, de modo a melhorar a eficiência dos serviços.

- Reverte-se de caráter obrigatório o cumprimento do estipulado no *Regulamento Interno* do Agrupamento de Escolas Diogo Cão, Vila Real, em específico o Artigo 136 “*Seguro Escolar*” (*acompanhamento do aluno*).

- O Funcionário, se necessário, poderá fazer uso, para a viagem de regresso, do cartão emitido para o efeito, da empresa dos “*Transportes Urbanos*” de Vila Real. Não é permitido o uso de viatura própria para acompanhamento dos alunos bem como o transporte dos próprios alunos.

A Diretora

(Maria Elisabete Carvalho Ribeiro Leite)

Agrupamento de Escolas Diogo Cão, ____/____/2020



152869-Agrupamento de Escolas Diogo Cão, Vila Real

DECLARAÇÃO

Eu, _____, encarregado de educação do(a) aluno(a) _____ declaro para os devidos efeitos, que o referido aluno possui um irmão(ã) a frequentar a/o Jardim/Escola 1º Ciclo/EB23 _____ pertencente a este Agrupamento de Escolas.

Nome do Irmão(ã) _____

Nome do Irmão(ã) _____

Vila Real, __/__/__

O Encarregado de Educação



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



Agrupamento de Escolas Diogo Cão – Vila Real

Pré-Escolar – Informação Adicional-Matriculas 2020/2021

IDENTIFICAÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR			
Nome	Parentesco	Profissão	Data de nascimento

O Encarregado de Educação

Data ____/____/____

DOCUMENTOS ENTREGUES (a preencher pelos serviços administrativos)

- Apresentação N.º de identificação da Segurança Social (NISS) da(s) criança(s) beneficiárias da prestação social de abono de família que seja pago pela Segurança Social;
- Apresentação N.º de Identificação Fiscal (NIF) do aluno (caso já o tenha atribuído);
- Documento comprovativo do escalão de abono emitido pelo subsistema de saúde a que tiver direito;
- Declaração da tomada de conhecimento das *Normas do Seguro Escolar* a fornecer pelo estabelecimento de ensino);
- Declaração da tomada de conhecimento do *Regulamento Interno* do Agrupamento (a fornecer pelo estabelecimento de ensino);
- 2 fotografias tipo passe;
- Cédula Pessoal ou apresentação do Cartão de Cidadão do aluno;
- Apresentação do Cartão de Cidadão do Encarregado de Educação;
- Apresentação de Cartão de Utente dos Serviços de Saúde;
- Fotocópia do cartão de vacinas atualizado;
- Comprovativo de morada e do local de trabalho;
- Declaração de existência de irmãos matriculados no mesmo Agrupamento de Escolas

☐
☐
☐
☐
☐
☐
☐
☐
☐
☐
☐
☐

O Funcionário

Data ____/____/____

